

TSE proíbe ato político em festival; Bolsonaro faz 'comício'

Eleições 2022

TSE proíbe manifestação em festival de música; artistas e políticos reagem

— Ministro da Corte Eleitoral concedeu liminar pedida pelo partido de Bolsonaro após protestos no Lollapalooza; especialistas afirmam que medida contraria jurisprudência

O ministro Raul Araújo, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), acolheu pedido do partido do presidente Jair Bolsonaro, o PL, e proibiu, em decisão liminar, manifestações políticas no festival de música Lollapalooza. A decisão provocou a reação de artistas, como a cantora Anitta, e foi criticada por políticos, como o pré-candidato à Presidência João Dória (PSDB). Especialistas em direito eleitoral disseram que a medida contraria jurisprudência da Corte. Consultados pelo **Estadão**, ministros do TSE demonstraram desconforto com a liminar.

A decisão de Raul Araújo fixa multa de R\$ 50 mil à organizadora do evento em caso de descumprimento. Na tarde de ontem, após a decisão se tornar pública, a banda Fresno exibiu um telão com a frase "Fora Bolsonaro" no palco principal do festival. Durante participação no show, cantando *Toda Forma de Amor*, Lulu Santos subiu ao palco e afirmou: "Censura nunca mais!" A organização do Lollapalooza, que terminaria ontem à noite, em São Paulo, informou que recorreria da liminar.

Em seu despacho, o ministro do TSE afirma: "A manifestação exteriorizada pelos artistas durante a participação no evento, tal qual descrita na inicial, e retratada na documentação anexada, caracteriza propaganda político-eleitoral". O magistrado afirmou que a liberdade de expressão, direito assegurado na Constituição, não con-

templam as manifestações políticas dos artistas como as vistas no festival. "Caracteriza propaganda, em que artistas rejeitam candidato e enaltecem outro."

No mesmo fim de semana em que organizou um ato político com a presença de Bolsonaro, com forte tom eleitoral, o PL foi à Justiça contra a organizadora do Lollapalooza após artistas como Pablo Vittar criticarem o presidente e exaltarem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em suas apresentações. Pablo exibiu uma bandeira de Lula. A sigla alegou que as manifestações dos artistas configuram campanha eleitoral antecipada.

DESCONFORTO. A decisão de Raul Araújo causou desconforto entre outros ministros da Corte. Nos bastidores, parte dos magistrados reagiu negativamente e viu cerceamento injustificado à liberdade de expressão. A decisão poderá ser revista pelo próprio ministro no julgamento do mérito e, em plenário, tem o potencial de ser derrubada. O crivo dos pares formará o entendimento do TSE sobre o tema em caráter vinculante — ou seja, válido para casos futuros semelhantes, segundo uma fonte do tribunal.

Ministros ouvidos pelo **Broadcast Político** alegam que, além de a decisão ferir a legislação, o TSE ficou exposto a críticas e a um debate jurídico que seria descabido.

Artistas como Caetano Vello-



Banda Fresno fez protesto ontem, em SP, apesar da decisão do TSE

so foram às redes sociais lançar a campanha #LollaLive. A cantora Anitta se manifestou contra a decisão. Em uma publicação em suas redes sociais, ela ironizou o valor da multa imposta pelo ministro. "50 mil? Poxa... Menos uma bolsa. Fora Bolsonaro. Essa lei vale até fora do País? Porque meus festivais são só internacionais."

O apresentador Luciano Huck, questionou: "Num festival de música, quem decide se vai ou aplaude a opinião de um artista no palco é a plateia e não o TSE. Ou ligaram a máquina do tempo, resgataram o AI-5 e nos levaram para 1968?". Dória afirmou: "Lamentável a censura imposta a artistas do Lollapalooza. Não ao cala boca!"

Segundo o advogado Arthur Rollo, membro da Comissão Direito Eleitoral da OAB-SP, há vá-

"(R\$) 50 mil? Poxa... Menos uma bolsa. Fora Bolsonaro. Essa lei vale até fora do País? Porque meus festivais são só internacionais."

Anitta
Cantora

"Quem decide se vai ou aplaude é a plateia e não o TSE. Ou ligaram a máquina do tempo, resgataram o AI-5 e nos levaram para 1968?"

Luciano Huck
Apresentador

"Lamentável a censura. Queremos um País livre e democrático."

João Dória
Governador de SP

rios processos julgados pelo TSE que contrariam a liminar. Em um deles, o advogado da campanha de reeleição de Bolsonaro, Tarcísio Vieira de Carvalho, então ministro da Corte, votou pela improcedência. "Os julgados pelo TSE deixam claro que propaganda eleitoral só ocorre se houver pedido direto de voto e não voto", disse Rollo. "A bandeira com a cara do Lula usada pela Pablo Vittar não tinha pedido direto de voto. Era uma manifestação espontânea. A Marina instigou o povo a falar fora Bolsonaro, o que não é pedido direto de não voto."

Para Gabriela Rollemberg, da Associação Brasileira de Direito Eleitoral e Político, a decisão fere a Constituição ao restringir a liberdade de opinião dos artistas. O advogado Alberto Rollo prevê que a decisão será reformada pela Corte. Segundo Fernando Neisser, presidente da Comissão de Direito Político e Eleitoral do Instituto dos Advogados de São Paulo, a decisão tem um entendimento ultrapassado da lei eleitoral. "Na minirreforma de 2015 houve flexibilização. O debate político não começa no dia 16 de agosto. A sociedade debate política a todo momento. Só não pode fazer propaganda negativa impulsionada na internet. Não se trata disso. É muito perigosa essa decisão, porque ela blindou a Presidência de ser criticada." ●

USAVOCÓRTEES, PEDRO VENCESLAU, EDUARDO GAYER, IANDER PORCELLA, ANDRÉ CARLOS ZORZI e PATRICK VIEIRA, ESPECIAL PARA O ESTADO

Ministro rejeitou pedido do PT contra outdoors de Bolsonaro

BRASILIA

O ministro Raul Araújo, do TSE, que ontem acolheu pedido do partido do presidente Jair Bolsonaro, o PL, e proibiu manifestações políticas em tom de campanha eleitoral antecipada no festival de música Lollapalooza, já tomou decisões que, na prática, beneficiaram o chefe do Executivo.

Na última quarta-feira, ele rejeitou pedido do PT para reti-

rada de outdoors com mensagens de apoio a Bolsonaro espalhados por Rio de Janeiro, Bahia, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Para o magistrado, o partido não apresentou evidências suficientes para o caso configurar propaganda eleitoral antecipada.

Ministro substituto do TSE, Araújo atua na Corte Eleitoral em uma das vagas destinadas ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde é magistrado definitivo desde maio de 2010.

Ele foi nomeado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e assumiu a vaga deixada por Paulo Gallotti, que se aposentou em agosto de 2009. Antes de entrar no STJ, integrava o Tribunal de Justiça de Fortaleza. Araújo foi designado no início de março para a função de juiz da propaganda nas eleições de 2022. No despacho relacionado ao Lollapalooza, o juiz entendeu que a exaltação do ex-presidente Lula pela cantora Pablo Vittar seria propa-

ganda eleitoral antecipada e, portanto, irregular.

Durante o festival, a artista chegou a exibir uma bandeira de Lula, principal adversário de Bolsonaro na corrida ao Palácio do Planalto deste ano. Para a apresentação sobre os outdoors favoráveis a Bolsonaro, porém, o entendimento de Araújo foi de que não era possível concluir que as mensagens estavam relacionadas com a eleição, nem que Bolsonaro havia cometido abuso de poder econômico, como defendia o PT.

Um dos outdoors, localizado em Paraíso das Águas (MS), estampava a frase: "Pela democracia, pelas nossas famílias, por quem produz! Copper e produtores da região juntos

com Bolsonaro". Outro, em Chapadão do Sul (MS), mostrava a hashtag "#Fechados-ComBolsonaro". As imagens foram mostradas em reportagem do site UOL, publicada em 5 de janeiro de 2022.

A vitória do PL no TSE veio no mesmo dia em que o partido organizou em Brasília um evento chamado de ato de filiação em massa, mas que teve um forte componente eleitoral. Bolsonaro fez discurso no qual afirmou que a disputa deste ano é "do bem contra o mal" e reiterou críticas ao PT. O próprio Bolsonaro vem reservando boa parte da agenda para compromissos de cunho eleitoral, como as "motociatas". ●

IANDER PORCELLA e EDUARDO GAYER

Bolsonaro faz 'comício' e diz que eleição é luta contra o mal

Em ato de filiação de ministros ao PL, presidente afirma que 'às vezes embrulha estômago' ter de cumprir a Constituição

EDUARDO GAYER
IANDER PORCELLA
BRASÍLIA

Ao participar ontem de ato político do PL, o presidente Jair Bolsonaro disse que às vezes "embrulha o estômago" ter de cumprir a Constituição. Em discurso com tom de campanha, o presidente afirmou, ainda, que tomará decisões "contra quem quer que seja" se puder contar com seu "exército" de apoiadores na disputa que chamou de "luta do bem contra o mal".

Bolsonaro fez referências indiretas ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu principal adversário político, e insinuou novamente que ministros



Durante ato, Bolsonaro fez menção indireta ao ex-presidente Lula

do Supremo Tribunal Federal (STF) e até a imprensa querem tirá-lo do poder. Foi ao dizer que não há corrupção no governo – mesmo após o **Estadão** ter revelado a intermediação de verbas por pastores no Ministério da Educação, com pedido de

propina – que o presidente mencionou a Constituição.

"Para defender a liberdade e a nossa democracia, eu tomarei a decisão contra quem quer que seja. E a certeza do sucesso é que eu tenho um exército ao meu lado, e esse exército é com-

posto de cada um de vocês", destacou Bolsonaro. "Por vezes, me embrulha o estômago ter que jogar nas quatro linhas (*da Constituição*), mas eu jurei e não foi da boca para fora", completou ele, reforçando a versão de que seus rivais e até mesmo a Justiça descumprem a Carta.

O "inimigo" do País, na visão do presidente, é interno, e não externo. "Não é uma luta da esquerda contra a direita. É uma luta do bem contra o mal", disse Bolsonaro no pronunciamento que arancou poucos aplausos dos presentes. O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, condenado em 2008 por tortura, na época da ditadura militar, foi chamado por ele de "velho amigo".

PÚBLICO. Convocado para lançar a candidatura de Bolsonaro ao segundo mandato, o encontro do PL acabou se transformando em ato de filiação ao partido. Advogados que atendem a equipe do presidente alertaram que seria melhor mudar o escopo do evento para evitar problemas com a Justiça Eleitoral. Pela lei, a campanha só é permitida a partir de 16 de agosto.

O ato ocorreu no mesmo dia em que o PL conseguiu liminar no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para proibir manifestações políticas no festival de música Lollapalooza, após as

cantoras Pablo Vittar e Marina exaltarem Lula. "Aqui não é local de fazer campanha para ninguém", discursou Bolsonaro, em clima de comício. Os organizadores estimaram o público presente em 7 mil pessoas. Havia, no entanto, muitos espaços vazios no Centro de Convenções Internacional do Brasil, onde foi realizado o encontro.

'TSUNAMI'. Embora não tenha mencionado diretamente a crise no MEC e a pressão para demitir o ministro da Educação, Milton Ribeiro, Bolsonaro afirmou que "buscam qualquer coisa, qualquer gota d'água para transformar em tsunami" no governo. Em outro momento, disse que todos conhecem o seu comportamento. "Acabou a farra com dinheiro público", declarou, sem mencionar o escândalo com os pastores.

Vários ministros compareceram ao ato. O general Walter Braga Netto, ministro da Defesa e cotado para ser vice do presidente na chapa da reeleição, não foi. A ausência chamou a atenção. O **Estadão** apurou que Braga Netto faltou para tentar desvincular o evento de um ato de campanha. Bolsonaro subiu ao palco com a primeira-dama, Michelle, que também tem aparecido mais em cerimônias no Palácio do Planalto. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 4 e 5